

ERVAS MEDICINAIS: O RESGATE DO CONHECIMENTO ÉTNICO E SUA INSERÇÃO NO ENSINO DE CIÊNCIAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Jessica Alves de Lima (1); Natalia Cavalcante Ferreira dos Santos (2); Suely Emilia de Barros Santos (3); Wanessa da Silva Gomes (4); Rosângela Estevão Alves Falcão (5).

(1, 2, 3, 4 e 5) Universidade de Pernambuco – *Campus Garanhuns*

Resumo: Construir uma ponte entre os saberes culturais e os conhecimentos científicos, a partir da relação escola e comunidade é um processo dinâmico, de constante aprendizagem. Este relato de experiência partilha vivência no programa de extensão *Um pé de saúde: um estudo interdisciplinar sobre a cultura das Comunidades Quilombolas no município de Garanhuns/PE* na comunidade do Castainho. Os trabalhos de resgate da cultura quilombola trouxeram conhecimentos sobre plantas medicinais utilizadas pelos moradores para dentro da Universidade, reconstruindo-os. Saberes oriundos da ancestralidade, foram trabalhados e retornados à comunidade com a sistematização e transformação do conhecimento a partir de novas propostas de trabalho com as plantas na comunidade, e como aproximação do saber científico tradicionalmente vivenciado no espaço escolar com a cultura e os saberes acadêmicos. Como metodologia buscou-se conhecer o emprego das plantas indicadas pela população e selecionar espécimes para serem discutidas nas oficinas. Participaram estudantes da escola e posteriormente todos os interessados. As atividades desenvolvidas através de duas oficinas, compreendeu rodas de conversa e preparos de remédios com aproveitamento máximo das propriedades medicinais; depois, houve a produção de sabonete artesanal à base de aroeira. A experiência de integrar saberes tradicionais traz uma quebra de paradigmas no ensino de Ciências que defendem a construção do conhecimento científico como algo estéril, próprio dos espaços acadêmicos, longe das comunidades, e aponta para as possibilidades de mostrar a ciência como um fazer também de cunho social e cultural, como o conhecimento compartilhado que se constrói dentro da comunidade que o inspirou.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas, Ensino de ciências, plantas medicinais.

INTRODUÇÃO

As comunidades Quilombolas estão situadas em sua maior parte em zona rural e seus habitantes valorizam as culturas ensinadas pelos antepassados, conservando, ou não, os laços parentais, culturais e religiosos. A Constituição de 1988 reconheceu o direito de titulação das comunidades quilombolas, assim afirma o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias - “Aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva” (BRASIL, 1988) e estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades; de acordo com o INCRA, essas comunidades são grupos étnicos que se auto definem a partir de determinadas relações, conforme disposto no artigo 2º do Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003.

Tais povos se tornaram, segundo aponta o decreto presidencial (BRASIL, 2007), objeto de estudo e valorização das práticas de saúde tradicionais; no entanto, o uso de plantas medicinais dentro dessas culturas têm sofrido interferência maciça por meio das propostas de tratamento com fármacos manipulados em indústrias farmacêuticas e que são oferecidas pelo Sistema Único de Saúde, o SUS.

O uso de plantas medicinais tem sido recomendado pela Organização Mundial de Saúde devido à sua eficácia e relativo baixo custo (ABD JALIL, 2012), o que favoreceu a criação do Programa de Medicina Tradicional em 1970. No Brasil o uso de fitoterápicos está regulamentado pelo Decreto Nº 5.813 de 22 de junho de 2006, que estabelece as diretrizes para o acesso seguro e racional de plantas medicinais e fitoterápicos. São diversas as aplicabilidades de compostos isolados e extratos provenientes de plantas, em particular, com propriedades anticoagulantes (CORDIER; STEENKAMP, 2012), antiparasitárias (GIRISH, C.; PRADHAN, 2012) e antimicrobianas (INNGJERDINGEN et al., 2013; WU et al., 2012), o que tem fomentado um grande número de publicações a respeito das propriedades medicinais de plantas de regiões delimitadas (YAO; LIU; GU, 2014; AHN; JE, 2012; ALAMRI; MOUSTAFA, 2012; ALBUQUERQUE; RAMOS; MELO, 2012; NAIR).

A fitoterapia representa parte importante da cultura dos povos quilombolas, sendo um saber utilizado e difundido ao longo de várias gerações (TOMAZZONI et al., 2006). Esse saber não é apenas em relação a atividade terapêutica das plantas, ele incorpora um conjunto de valores e crenças que formam uma filosofia de vida. Tudo isso interfere no processo saúde-doença dessa população. Infelizmente, existe o desinteresse dos jovens dessas comunidades pelo assunto; há uma resistência cultural da população, cessando, assim, o processo de transmissão de saberes entre as gerações (GOMES e BANDEIRA, 2012); isto faz com que esse conhecimento etnofarmacológico se perca a cada geração e não conte formas de resistência a este esquecimento seja dentro da comunidade seja dentro dos espaços de educação formal presentes na comunidade na figura da escola municipal que atende as crianças e adolescentes do Castainho.

Em relação à educação formal, apenas em 1878 os negros adquiriram o direito de estudar, ressalvando-se que, “negros só podiam estudar no período noturno” (BRASIL, 2004), reforçando a segregação racial. A educação escolar quilombola foi implantada a partir de discussões iniciadas em 1980 (CAMPOS, 2017) e se consolidou em 2013 com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica que afirma com agudez “a oferta da educação escolar para as comunidades quilombolas faz parte do direito à educação”

(BRASIL, 2013), com isto, privilegiou-se no currículo as especificidades étnico-culturais da comunidade (CAMPOS, 2017).

Compreender todo o processo de construção de uma educação regulada para atender às comunidades quilombolas, e perceber que a *práxis* escolar deve estar integrada a visão étnico-histórica, tem sido um grande desafio, e não se pode afirmar que o planejamento, nos espaços escolares, mesmos aqueles imersos na cultura quilombola, se mostre fácil. As experimentações tem sido uma das ferramentas utilizadas na construção do “como fazer”, por seu caráter dinâmico de atuar onde se observa a possibilidade de se integrar a visão do conhecimento oriundo do campo científico tradicional e os saberes culturais das comunidades quilombolas, revelando indicadores importantes para o planejamento das estratégias a serem implementadas nestas escolas.

Por outro lado, perceber como acontece o processo de abandono dentro da realidade escolar das comunidades de saberes historicamente construídos usando como mote o uso de plantas medicinais, oportuniza escola em seus diferentes atores, a estudantes de licenciaturas, e população quilombola, problematizar sobre como construir esta relação entre a identidade a qual pertencem e o saber oriundo do currículo escolar. O objetivo deste trabalho foi favorecer o resgatado uso de plantas medicinais dentro de uma comunidade quilombola, através da integração do tema aos conteúdos curriculares formais sob ótica de um programa de extensão interdisciplinar trazendo seus resultados na forma de um relato de experiência.

METODOLOGIA

As atividades realizadas durante a investigação, fazem parte do programa de extensão denominado: *Um pé de saúde: um estudo interdisciplinar sobre a cultura das Comunidades Quilombolas no município de Garanhuns/PE*. Participaram do programa, docentes e alunos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, História, Psicologia e Medicina que trabalharam inseridos na comunidade de diferentes formas. Três espaços foram utilizados no desenvolvimento das atividades, que objetivaram favorecer a inclusão na educação escolar dos princípios sobre plantas medicinais utilizadas na comunidade não de forma livresca, mas a partir do conhecimento contextualizado pela população. O primeiro espaço, o território pertencente à comunidade do Castainho, localizado próximo a cidade de Garanhuns onde se localiza a escola municipal que atende a comunidade. O segundo espaço, os laboratórios da Universidade de Pernambuco – *Campus Garanhuns*; por fim, a Associação Comunitária do Castainho como o terceiro espaço de atuação.

As informações a respeito das plantas utilizadas na comunidade e na região do Agreste pernambucano, foram fruto de atividades anteriores junto às comunidades quilombolas e feiras livres da cidade de Garanhuns onde estas plantas são comercializadas. Dentro destas informações, foram selecionadas algumas plantas com a finalidade de serem utilizadas no planejamento das ações a serem desenvolvidas nos espaços citados com os estudantes e a comunidade.

A primeira oficina de fitoterápicos, realizada com os alunos do 6º ano da escola do Castainho, buscou discutir com os jovens, os conhecimentos sobre plantas medicinais que são utilizadas na comunidade e seus benefícios. Em seguida, foi feita uma roda de discussão entre estudantes da escola e estudantes da universidade abordando diferentes formas de preparo destas plantas pelas famílias, e a participação dos estudantes no preparo destas plantas para uso medicinal.

Em um segundo momento, os estudantes da escola juntamente com os graduandos de Ciências Biológicas estudaram técnicas de como manipular plantas, identificando as que contém óleos e as que utilizam cascas para formulação de medicamentos. Durante a oficina, foram demonstradas as formas de se preparar um “chá” sendo ele por infusão nas plantas “moles”, geralmente as herbáceas, e decoção nas arbóreas, como a aroeira.

A oficina encerrou suas atividades com o processo de produção do sabonete de aroeira pelos estudantes, cujo procedimento foi a retirada da cascaseca da aroeira, depois processada com um pilão ou moinho para ser transformada em pó e a hidratação; a maceração, isto é, o material já processado fica estocada no mínimo sete dias. Os estudantes da escola participaram do processo de forma ativa e não apenas como observadores.



Figura 1 Secagem do sabonete fitoterápico

A segunda atividade planejada foi aberta tanto aos estudantes da escola como a toda comunidade do Castainho bem como aos moradores de Estivas, comunidade quilombola próxima e se realizou no espaço da Associação Comunitária do Castainho.

As atividades iniciaram com uma roda de conversa entre os estudantes do curso de Ciências Biológicas, Psicologia e Medicina e membros das duas comunidades, visando primeiramente trazer aos participantes deste momento integrativo, através dos graduandos presentes, as informações sistematizadas sobre as plantas, consideradas pela população com atividades medicinais e as diferentes formas de uso e manipulação.

Em seguida, houve a oficina sobre uso de plantas medicinais em formulações de chás e infusões e a produção de sabonetes com essências medicinais, agora como um momento de integração de conhecimentos histórico culturais e científicos como alternativa de geração de renda. Importa assinalar que as plantas escolhidas para essa oficina foram anteriormente escolhidas pela comunidade numa reunião na associação de moradores, e que durante a oficina houve o compartilhar de saberes sobre o uso das ervas através do conhecimento tradicional da comunidade quilombola e do conhecimento acadêmico pelos estudantes extensionistas. Um outro aspecto a ressaltar foi a contação de histórias dos mais velhos da comunidade para crianças e jovens, preservando a cultura quilombola. Eis aqui um aspecto social desse modo de ensino-aprendizagem.

As atividades dentro da comunidade do Castainho foram abertas a todos os interessados e não somente aos que são diretamente ligados ao espaço escolar.



Figura 2 parte teórica da oficina na comunidade quilombola Castainho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar das dificuldades de condições de sobrevivência, que a população negra enfrenta historicamente; a relação com ancestralidade e a religiosidade africanas, os valores nelas representados, e o senso de coletividade sempre possibilitaram a dinamicidade da cultura e do processo de resistência das diversas comunidades afrodescendentes. O resgate do saber histórico com a participação do que se conhece como educação formal, e a inserção da escola nas comunidades quilombolas, criando pontos de integração mais complexos entre os atores deste processo, do que os desenvolvidos comumente, podem proporcionar um diálogo entre diferentes saberes, mantendo-se o cuidado de preservar a cultura local e sua valorização.

Um tema geral, representado pelas plantas e seus diferentes usos na saúde pela comunidade, e a agregação do olhar da ciência sobre este mesmo tema, favorece o conhecimento etnobotânico destas comunidades e estimula o jovem a valorizar este saber como parte da sua história agora reconhecido como importante por personagens e áreas até agora alheias a sua cultura.

Diversos vieses podem ser considerados durante a vivência proporcionada por este programa. No que se refere aos estudantes da educação básica participantes, foi possível se depararem com as atividades planejadas objetivando aproximar saberes que tem sido construídos em margens opostas, o saber oriundo da escola e o trazido pelo seu convívio social. Foi oportunizado dentro do que foi vivido uma compreensão acerca dos saberes da sua comunidade como algo de importância e interesse, científico e social, o que coloca a comunidade como protagonista na construção de saberes validados socialmente, o que remete às ideias de BRANDÃO (2002) quando aponta que “ser o sujeito da história e ser o agente criador da cultura não são adjetivos qualificadores do homem. São o seu substantivo”.

Naturalmente inúmeras variáveis não podem ser contempladas neste relato de experiência, no que se refere a como por em prática o que preceitua a Resolução No 8, de 20 de Novembro de 2013 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação escolar Quilombola. No entanto, seu primeiro artigo, já aponta como relevante, trazer para dentro das instituições educacionais, a preocupação com o resgate da memória coletiva, práticas culturais e repertórios orais destas populações, com o direito do estudante apropriar-se dos saberes tradicionais como forma de valorização individual e coletiva.

A oficina destinada a contemplar os estudantes da escola, através da roda de conversa, teve como proposta metodológica envolver este estudante de forma não passiva, mas deixando sempre claro que ele é o construtor participativo das discussões, pois é o verdadeiro

conhecedor de sua história e da história dos seus pares, provocando assim sua percepção do conceito de povo ou comunidade tradicional e sua posição dentro dela.

As atividades práticas desenvolvidas durante a oficina, representada pela confecção de chás, infusões e sabonetes configuram-se como os pontos de convergência entre o que o estudante traz de sua comunidade e o conhecimento elaborado na ciência sobre o tema, o que encurta a distância entre o senso comum e o método científico para o que está na educação básica, colocando as atividades da ciência como um saber humanizado e sujeito a influência da sociedade que o elabora constantemente, inclusive as comunidades indígenas e quilombolas representadas na etnobotânica e etnofarmacologia.

Um outro participante desta experiência que merece ser destacado é o licenciando em Ciências Biológicas. A Resolução Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que regulamenta a formação de professores para a educação básica ainda traz de forma tímida a educação quilombola como um pré-requisito da atuação profissional desejada. Causando ainda estranheza os documentos que tratam especificamente da educação quilombola e das ações afirmativas que foram construídas com esta pauta como a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, com a criação da lei 10.639 em 2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

O que foi perceptível durante o processo de construção deste programa é que ainda há muito o que se fazer pela formação dos futuros professores, não só em reconhecer estas ações e regulamentações como material comum na sua formação, como na necessidade de políticas públicas que favoreçam aos quilombolas a oportunidade de serem eles próprios os profissionais de educação que a comunidade precisa.

CARRIL (2017) denotam bastante propriedade a preocupação com a invisibilidade no espaço escolar e nos currículos trabalhados por seus professores das questões raciais, trazendo temas relacionados à cultura afro-brasileira; além de integrar, alternativamente, o conhecimento histórico do uso de plantas medicinais ao conhecimento escolar, sendo assim, uma proposta que busca iniciar o processo assegurado e apontado nas Orientações e Ações para Educação das relações Étnico Raciais propostas por BRASIL (2006):

III - assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico.

Como um terceiro ponto a ser discutido, nos deparamos com a participação da comunidade no espaço da educação formal, assumindo uma posição protagonista perante os estudantes e membros da comunidade em geral. Cunha e Albano (2018) afirmam que para acessarem as políticas públicas do Estado, os grupos precisam reconhecer em suas trajetórias históricas e em seus territórios elementos que comprovem uma identidade negra e quilombola.

O pequeno resgate de um conhecimento sublimado na construção da identidade quilombola representada pela discussão sobre o uso de plantas com propriedades medicinais proporciona uma alternativa de abordagem sobre saberes históricos e sua inserção na educação escolar, o que coloca a cultura negra em um novo patamar no currículo da educação básica e no processo de valorização da população quilombola perante seus pares.

CONCLUSÃO

Diante dessa trajetória, podemos dizer que, há ainda muito que fazer, há ainda um caminho a ser trilhado e porque não dizer, desbravado. Dentre alguns aspectos, podemos destacar: o processo de construção do currículo, o planejamento de como integrar os conhecimentos tradicionais e científicos nos projetos escolares e executar as políticas voltadas à educação quilombola. Não se pode ingenuamente acreditar que esta construção de saberes, que integra o contexto nas quais as comunidades estão inseridas, bem como a educação formal carregada de seus mecanismos e conteúdos rigidamente apresentados seja um caminho fácil e tranquilo. O trabalho educacional voltado às minorias étnico-raciais requer uma atenção cuidadosa para os conhecimentos tradicionais de um povo e a integração dos saberes reconhecidos como cientificamente aceitos, ressaltando o respeito e a tolerância a todas as formas de saberes. É preciso iniciar um processo de formação de professores capazes de perceber nuances delicadas nesta relação e trabalhar com as mesmas em seus planejamentos. A atividade proposta neste artigo foi uma experiência de como se pode dar esta formação em ciências na integração de saberes com ética, responsabilidade social e compromisso com o compartilhar de experiências e conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ABD JALIL, M. A. E. A. Role of medicinal plants and natural products on osteoporotic fracture. **Evid Based Complement Alternat Med**, Egito, v.2012, Article ID 714512, July. 2012.

AHN, C. B.; JE, J. Y. Anti-inflammatory activity of the oriental herb medicine, *Arisaema cum Bile*, in LPS-induced PMA-differentiated THP-1 cells. **Immuno pharmacol Immunotoxicol**, Egito, v.34, n.3, p. 84-379, Jun. 2012.

ALAMRI, S. A.; MOUSTAFA, M. F. Antimicrobial properties of 3 medicinal plants from Saudi Arabia against some clinical isolates of bacteria. **Saudi Med J**, Arábia Saudita, v.33, n.3, p. 7-272, Mar. 2012.

ALBUQUERQUE, U. P.; RAMOS, M. A.; MELO, J. G. New strategies for drug discovery in tropical forests based on ethnobotanical and chemical ecological studies. **J Ethnopharmacol**, v.140, n. 1, p. 197-201, Mar. 2012.

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5813.htm>. Acesso em: 09 ago. 2018.

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 09 ago. 2018.

_____. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CAMPOS, M. C.; GALLINARI, T. S. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Revista Nera**, São Paulo, n. 35, p. 199-217, Abr. 2017.

CARRIL, L. F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro v. 22, n. 69, Abr. 2017.

CORDIER, W.; STEENKAMP, V. Herbal remedies affecting coagulation: a review. **Pharmaceutical biology**, v. 2012, n. 50, p. 443-452.

CUNHA, Felipe Gibson; ALBANO, Sebastião Guilherme. Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. **Latinoamérica**, México, n. 64, p. 153-184, jun. 2017. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742017000100153&lng=es&nrm=iso>. acessado em 16 sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.22201/cialc.24486914e.2017.64.56864>.

GIRISH, C.; PRADHAN, S. C. Indian herbal medicines in the treatment of liver diseases: problems and promises. **Fundam Clin Pharmacol**, v. 26, n. 2, p. 180-9, 2012.

GOMES, T. B.; BANDEIRA, F. P. S. de F. Uso e diversidade de plantas medicinais em uma comunidade quilombola no Raso da Catarina. Bahia, **Acta bot. bras.** v. 26, n.4, p.796-809. 2012.

LOZINOVA, T. A.; LANDER, A. V. Effect of irradiation intensity on the production of free radicals by near-UV photosensitization of frozen adenine solutions with an inorganic phosphate. **Biofizika**, v. 54, n. 6, p. 992-8, 2009.

NNGJERDINGEN, K. T. et al. Pectic polysaccharides isolated from Malian medicinal plants protect against Streptococcus pneumoniae in a mouse pneumococcal infection model. **Scand J Immunol**, v. 77, n. 5, p. 372-88, 2013.

PINHEIRO, A. A.; FOLLMANN, J. I. Negros e Brancos no Brasil: três pontos de reflexão. **identidade!**, v. 16, n. 2, p. 269 -278, 2011.

WU, Q. F. et al. Chemical compositions and anti-influenza activities of essential oils from Mosladianthera. **J Ethnopharmacol**, v. 139, n. 2, p. 668-71, 2012.

YAO, Z.; LIU, X. C.; GU, Y. E. Schisandra chinensisbaill, a chinese medicinal herb, alleviates high-fat-diet-inducing non-alcoholic steatohepatitis in rats. **Afr J Tradit Complement Altern Med**, 2 nov. 2013, v.11, n. 1, p. 222-7.